

FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NO ENSINO MÉDIO

**LUCAS RECH DA SILVA¹; DIONLEI DECKER²; CLAUDIA R. S. ATHAIDES³,
DENISE DALPIAZ ANTUNES⁴**

¹Pontifícia Universidade Católica do Rio grande do Sul – lucas.rech@gmail.com

² Universidade Federal de Pelotas – dionleidecker10@gmail.com

³ Universidade federal de Pelotas – cleaathaides@gmail.com

⁴Universidade Federal de Pelotas – drdenisedalpiaz@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A Educação Básica –EB- no Brasil vem se constituindo nos últimos anos como um processo gradual onde suas três etapas se complementam e não são apenas momentos isolados que se realizam de forma individual ou dicotômica, mas isso ainda é recente. Ela hoje é encarada como um processo linear e único que tem em si três momentos: a Educação Infantil (EI), o Ensino Fundamental (EF) e o Ensino Médio (EM). Estas três fases constituem o processo educacional pelo qual crianças e jovens brasileiros precisam ter como base de preparação para a vida nos seus mais amplos sentidos, seja profissional, político, social, cultural, pessoal ou espiritual.

Neste contexto, sabe-se que o EM, foi marcado em sua história por momentos distintos, mas que no geral o colocavam como fase preparatória para o ensino superior, ou como simples parte de formação profissional do estudante, sendo assim, considerado apenas como uma ferramenta para promover o progresso industrial e encarado, pura e simplesmente, como produção de mão de obra para o desenvolvimento da lógica capitalista. Somente a partir das resoluções da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, que se propõe o EM como a etapa final da EB com a propriedade de formar para o desenvolvimento da cidadania e da criticidade, tal qual a formação para o trabalho e a formação geral.

Por isso, o EM no Brasil vem sofrendo transformações para que possa atingir de forma ampla e notável seus objetivos. As Novas Diretrizes Curriculares para o EM –DCNEM- de 2011 trazem significativas mudanças que orientam a reestruturação da modalidade de ensino no país. Estas, por sua vez, refletirão na reforma do Ensino Médio Politécnico –EMP- do Rio Grande do Sul, RS, citadas posteriormente. Cabe o alerta que, mesmo que estudos apontem uma melhora no desempenho dos estudantes do Brasil, no PISA (Programa Internacional de Avaliação de Alunos, efetuado pela Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico –OCDE- nos anos de 2009 e 2014), essa melhora ainda é tímida e os mesmos indicativos de avanço colocam o país em posições ditas 'vergonhosas' se comparados aos investimentos e ao potencial econômico e cultural que dispõe a nação brasileira. Para tanto, políticas que busquem alternativas e melhorias concretas para nosso sistema educacional se colocam com status de urgência.

Especificamente no RS, no ano de 2012, foi instaurado o EMP em consonância com às DCNEM de 2011 e às novas propostas que surgem para a educação de nível médio. Tais propostas prevêem mudanças significativas no sistema de ensino gaúcho e estas são necessárias para compreender o contexto em que estão inseridos os sujeitos desta pesquisa.

Essa reestruturação, especificamente, se constitui uma flexibilização da carga horária do EM para tornar possível a introdução do componente curricular Seminário Integrado (componente curricular onde um professor tutor orienta os estudantes na elaboração e aplicação de projetos de pesquisa, de forma

interdisciplinar, tendo como eixo central o trabalho e a pesquisa) e dá à avaliação caráter emancipatório, diagnóstica, formativa, contínua e cumulativa. Também prevê a divisão dos componentes curriculares por áreas de conhecimento, propiciando um maior entendimento para que estas trabalhem a interdisciplinaridade dentro dos projetos elaborados no componente SI.

Além disso, cabe ressaltar que o jovem inserido nesse contexto educativo do EM constitui-se como sujeito único em características e ideais que o identificam como tal. Nisso, são indicados como 'juventudes' em um dos cadernos da Formação dos professores os definindo como:

[...]um momento determinado, mas não se reduz a uma passagem. Assume uma importância em si mesma como um momento de exercício de inserção social. Esta categoria ganha contornos próprios em contextos históricos, sociais e culturais distintos. As distintas condições sociais, a diversidade cultural, a diversidade de gênero e até mesmo as diferenças territoriais se articulam para a constituição das diferentes modalidades de se vivenciar a juventude. [...] Ela é transformada no contexto das mutações sociais que vem ocorrendo ao longo da história (Brasil, 2013, p.15).

Dante de tais perspectivas e necessidades o PNEM surge com a expectativa de ser, de fato, um pacto entre o Governo Federal através do MEC (via Secretaria da Educação Básica -SEB-, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação -FNDE- e das Instituições de Ensino Superior -IES-), Secretarias Estaduais -SEDUC- e Distrital de Educação. Uma rede sistematizada que leva formação interdisciplinar aos participantes do programa que, por sua vez, acontece por meio de oficinas práticas e teóricas transversais às grandes áreas do conhecimento no estudo de cadernos disponibilizados pelo MEC. Estas formações realizadas pelas IES configuram, indubitavelmente, o caráter de extensão, visto que são oferecidas a agentes externos à Universidade por professores da universidade.

No sentido de atender a essas destacadas necessidades, e outras que advém do contexto sociocultural do qual a escola está inserida, no que diz respeito especificamente a formação continuada para professores da rede básica de ensino, em Novembro de 2013, uma portaria ministerial instituiu o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio (PNEM). "Este PACTO contempla, dentre outras, a ação de formação continuada dos professores e coordenadores pedagógicos de EM [...]." (BRASIL, 2014, p.3). Tal iniciativa vem de encontro com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio -DCNEM- de 2012, que propõe significativas mudanças na estrutura curricular e pedagógica na etapa final da Educação Básica.

Essa ação governamental, traduzida em ação de extensão na perspectiva da Universidade, que "tem o objetivo central de contribuir para o aperfeiçoamento da formação continuada de professores a partir da discussão das práticas docentes à luz das novas DCNEM" (BRASIL, 2014, p.3), mesmo que esteja em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, ainda se encontra como uma política pública governamental e não como um programa de Estado para a educação brasileira, estando, desse modo, sujeita a interrupção na importância do seu processo de ação: a educação continuada de professores da rede pública de ensino brasileira.

Sobretudo, nas ações educativas de formação no PNEM, buscou-se conforme apontava o programa, a participação ativa dos educadores, em oficinas pedagógicas. Ou seja, os formadores da Instituição de Ensino Superior realizaram atividades com os educadores participantes do PNEM, de modo que

"ao propor vivências em grupo, a partir das realidades, intencionalidades e motivações intrínsecas, o ambiente das oficinas revela desejos de mudanças no ambiente escolar" (ANTUNES, 2016, p. 39).

Nesse mesmo sentido, enfatiza-se que as atividades educativas com as ações/interações em oficinas pedagógicas privilegiam a integralidade de construção pessoal de novos motivos ao ensinar e ao aprender na docência. Outrossim, "o desenvolvimento humano e a construção do conhecimento através do método de oficinas representam a possibilidade de desenvolvimento, de amadurecimento com os outros seres humanos" (ANTUNES, 2016, p. 39).

Contudo, destaca-se que essas formações que vislumbram a integralidade do ser humano, indicam para uma Educação Continuada. Esta requer um olhar mais abrangente epistemologicamente, no que tange suas ações e efetivas participações dos docentes. Indicando, assim, novos conceitos e propostas fundamentadas na prática reflexiva e alicerçadas na práxis estabelecida pelo docente. Para tantas novas construções pessoais que revelem novas ações entre ensinar e aprender, necessitam um novo paradigma de formação: uma Educação Continuada (ANTUNES, 2016).

2. METODOLOGIA

No PNEM, os docentes do EM constituíram os sujeitos da ação. Nesse sentido, as reflexões e análises deste texto são resultados de um trabalho realizado durante o III Seminário Estadual do PNEM, concretizado em Porto Alegre, em junho de 2015, na finalização da II Etapa do programa, onde estiveram presentes as seis universidades federais participantes do pacto nesse Estado (UFRGS, UFPel, FURG, UFSM, UFFS, Unipampa).

Tal pesquisa surgiu da necessidade de conhecer as concepções dos participantes, a partir do PNEM enquanto política pública de educação, preferencialmente, do entendimento ou não, desse programa enquanto proposta de Educação Continuada. Além disso, apontar para as possibilidades de continuidade deste tipo de programa ao evidenciar nas falas dos participantes tais intencionalidades e desejos, para uma educação continua de docentes no *locus* do trabalho educativo, a qual contemple a realidade da escola e de seus.

Nesse percurso, ao serem questionados sobre o que pensam sobre o PNEM, os participantes trazem à tona importantes variáveis que instigam muitas reflexões. Essas apontam para a importância da Educação Continuada na extensão para a atualização da prática docente, bem como, para repensar a práxis que por vezes se encontra obsoleta.

Tais considerações foram construídas na observação das ações de extensão, tal como em questionários de avaliações das mesmas ações que instigaram os participantes a descreverem suas percepções sobre a influência nas práticas desenvolvidas nas oficinas pedagógicas ofertadas pelo PNEM no seu cotidiano escolar.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os participantes do PNEM destacam com ênfase que o programa de formação enquanto Educação Continuada "deve existir, pois o espaço oportuniza o contato entre universidade e escola e a troca de ideias, opiniões, práticas. Construindo, assim, uma educação mais próxima da realidade" (Sujeito3, Porto Alegre, 2015). Contudo, há que se refletir o que representa efetivamente para a Educação Integral dos participantes essa participação.

Destaca-se que quase na totalidade dos sujeitos entrevistados nas ações de extensão apontam que o PNEM é:

[...]ótima oportunidade para melhorar a atuação na sala de aula. Com as formações do pacto fica mais fácil realizar o planejamento em conjunto, de discutir temas específicos sobre onde a escola está inserida e isso torna o trabalho enriquecedor, pois o professor pode repensar sua prática em sala de aula. (Sujeito 11, Porto Alegre, 2015)

Essas palavras indicam que a proposta do PNEM de formação no ambiente educativo atingiu seu objetivo de proporcionar atualização aos professores. No entanto, ainda há muito para ser pensado e construído coletivamente, quando se quer um nova cultura de Educação Continuada para educadores. Muito provável, que a epistemologia dos conceitos que envolvem tais intencionalidades de mudanças, precisem ser abarcadas para que o professor também perceba a formação como um direito pessoal, não somente um dever a todo educador.

4. CONCLUSÕES

A escola pública e o EM precisam ressignificar seus métodos de ensino para uma melhor aprendizagem e, de maneira muito positiva, buscar soluções contextualizadas dentro do próprio ambiente educativo. Nesse caminho, a extensão, como parte do tripé que rege as ações da UFPel (ensino, pesquisa e extensão) cumpre papel fundamental na transposição dos conhecimentos construídos academicamente dentro dos cursos de licenciatura para além das fronteiras da universidade. Assim, levando à comunidade a riqueza que produzimos dentro de nossas salas de aula e espaços de construção.

Nesse caso, em específico, fomentando uma transformação na realidade da carente escola pública. Possibilitando aos docentes da rede um “sopro de vivacidade” a seu cotidiano e sua prática. Sem esquecer, é claro, dos jovens que se encontram nos bancos escolares, pois são eles o principal objetivo a ser atingido com essas transformações paradigmáticas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, D. D. **Oficinas Pedagógicas Cooperativas**: a motivação docente na formação continuada. Curitiba: CRV, 2016

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Formação de professores do ensino médio**, Etapa II- Caderno I. Organização do Trabalho Pedagógico no Ensino Médio, 2014.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Formação de Professores do Ensino Médio**, Etapa I- Caderno II. O jovem como sujeito do ensino médio, 2013.

_____. **Atingindo uma Educação de Nível Mundial no Brasil: Próximos Passos**, 2011. Disponível em:
<http://www.todospelaeducacao.org.br/biblioteca/1390/atingindo-uma-educacao-de-nivel-mundial-no-brasil-proximos-passos---sumario-executivo/> < acesso em 23 de Maio de 2015>

PORTAL, Leda Lívia Franciosi. O Professor e o despertar de sua espiritualidade. In: ENRICONE, Délcia (org.). **Ser Professor**. Edipucrs: Porto Alegre, p. 109 - 124, 2002.